



PGR-00 313082/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

MEMÓRIA DE REUNIÃO DO GT DEMARCAÇÃO

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e quinze, a partir das dez horas, reuniram-se na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na sede da Procuradoria Geral da República – Brasília-DF, os Procuradores da República Julio José Araujo Junior (PRM Volta Redonda-RJ, Coordenador do GT Demarcação), Fernanda Alves de Oliveira (PRM Passo Fundo-RS), Mara Elisa de Oliveira (PRM Petrolina/Juazeiro), Márcia Zollinger (PR-DF), Paulo Henrique Camargos Trazzi (PR-ES); a Subprocuradora-Geral da República, Coordenadora da 6ªCCR, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; o Analista do MPU/Perito/Antropólogo Jorge Bruno Souza, o Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito André Cavalcante Barbosa. A procuradora da República Cristina Nascimento de Melo (PRM Ilhéus/Itabuna-BA) participou por videoconferência. Secretariou a reunião a servidora Isabel Costa Figueiredo. Foram objetos de discussão os seguintes assuntos:

1) Justiça de transição: Discutiu-se a aproximação deste tema à questão fundiária indígena. O Dr. Júlio fará a ponte com o GT Violações dos Direitos do Povos Indígenas e Regime Militar. A Dra. Márcia analisará o caso Kayabi sob esse prisma.

2) Parecer nº 44/2014 da FUNAI: Arrendamento rural em terras indígenas. Violação ao usufruto exclusivo. Vedação constitucional. O Dr. Paulo questionou a restritividade do parecer e apresentou a situação dos Tupiniquim de Aracruz. Observou-se que na região Sul, alguns procuradores estão articulando o combate ao arrendamento de terras. Destacou-se a necessidade de conhecer situação local.

3) Articulação com entidades de São Paulo (ISA, CIMI, CPI, etc.): Marco temporal e acompanhamento das atividades legislativas. Ato público no dia 10 de novembro em SP. Planejam publicar/divulgar estudos ou pareceres sobre a questão. Foi solicitado parecer ao Prof. José Afonso da Silva.

4) Processos no Único e BI na SEJUD: Assessoria jurídica irá identificar falhas no Sistema Único. Dra. Cristina elaborará minuta de requerimento de aperfeiçoamento do Sistema Único para aprovação e posterior encaminhamento ao Gabinete do PGR.

5) Servidor do MPF na FUNAI: A Dra. Deborah considera importante ter uma boa interlocução com a FUNAI. Ela irá falar com o Secretário-geral propondo a nomeação do candidato aprovado no último concurso e a cessão do servidor à FUNAI.

6) MJ: andamento a processos fáceis.

FUNAI: interlocução com DPT

Inicialmente o GT analisará três casos:

Tumbalalá-BA – Dra. Mara

Tabocal-AM – Dr. Julio

Rio Gregório-AC – Dra. Fernanda

7) Marco Temporal: A Dra. Deborah informou que em 2016 haverá um curso na ESMPU sobre o tema. A Dra. Márcia analisará o caso Kayabi-MT .

8) Ofício Circular nº 4/2015: mapeamento e reposta aos procuradores naturais.

9) Marco Temporal – Processo Dra. Deborah – reforço do laudo dentro do voto. Discussão: resistência ao esbulho. Laudo e direito. Laudo não revela conflitos. Vedação. Necessidade de diferenciar ocupação e habitação.

10) Índios isolados.

11) Reestruturação e concurso da FUNAI: agendar reunião com presidente da FUNAI, Dra. Deborah e Dra. Márcia e Bruno.



12) Petição 3.388 - Estudo minucioso do Caso Raposa Serra do Sol. Os procuradores estipularam o prazo de 10 de novembro para apresentação do estudo, com as seguintes designações:

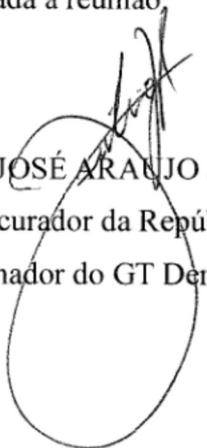
Marco Temporal: Dr Julio, Dra. Fernanda

Vedação da ampliação: Dra. Márcia e Dra. Cristina

Laudo antropológico: Dra. Mara Elisa

Elaborar roteiro para procuradores naturais. Verificar possibilidade de reunião do GT no evento que será realizado em SP.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião



JULIO JOSÉ ARAUJO JUNIOR
Procurador da República
Coordenador do GT Demarcação

